



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA **ANO LECTIVO** 2013/2014

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO		
Área Científica	DIREITO		
Classificação curricular	OBRIGATÓRIA	Ano / Semestre	1º/2º
Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
4	108	Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
		T:30; P:15	
DOCENTES		CATEGORIA	
Responsável	MANUEL BAETA NEVES	PROF. COORDENADOR	
Teóricas	MANUEL BAETA NEVES	PROF. COORDENADOR	
Teórico-Práticas			
Práticas	MANUEL BAETA NEVES	PROF. COORDENADOR	
Prático-Laboratorial			

OBJECTIVOS

- Reconhecer o Direito como ordem normativa social
- Identificar as características das normas jurídicas e a protecção coactiva repressiva e preventiva que lhes é inerente
- Conhecer as fontes e os ramos do direito
- Conhecer os órgãos do Estado e analisar o seu funcionamento
- Compreender a dinâmica da relação jurídica na sociedade contemporânea e identificar e analisar os intervenientes da relação.
- Analisar e compreender a dinâmica das relações obrigacionais, nomeadamente as suas fontes, o seu cumprimento, as garantias de cumprimento e a sua extinção

PROGRAMA PREVISTO

I PARTE – INTRODUÇÃO AO DIREITO. NOÇÕES GERAIS.

CAPITULO I

Introdução – O conceito de Direito

1. A natureza social do homem;
2. O Direito como parte integrante da realidade social;
3. Vários sentidos da palavra Direito;
4. Distinção entre o Direito e outras ordens normativas;

CAPITULO II

Elementos do conceito de Direito

1. O Direito como Sistema. Instituição. Instituto.
2. A norma jurídica;
 - 2.1 O conceito e a estrutura da norma jurídica;
 - 2.2 As características da norma jurídica;
 - 2.3 Classificações;
- 3 A protecção coactiva;
- 4 A Organização Judiciária;

CAPITULO III

A Organização politica do Estado

- 1 . A ideia de Estado
- 2 . Os órgãos do Estado: -composição, designação e funcionamento

CAPITULO IV

As Fontes do Direito

1. O conceito de Fonte de Direito;
2. A lei. Tipos de diplomas legislativos. Processo de elaboração das leis.
3. O costume;
4. A Jurisprudência;
5. A Doutrina;

CAPITULO V

Os Ramos de Direito

1. A grande divisão do Direito;
2. Ramos de Direito Público e Ramos de Direito Privado;
3. Direito interno e Direito Internacional;
4. O Direito Internacional Privado.

CAPITULO VI

A Interpretação e a Integração das normas jurídicas

1. Os elementos interpretativos;



2. O preenchimento das lacunas;

CAPITULO VII

A relação jurídica

1. O conceito de relação jurídica;
2. A estrutura interna da relação jurídica: direito subjectivo e dever jurídico;
3. Os elementos da relação jurídica;
 - 3.1 Os sujeitos;
 - 3.1.1 Personalidade e capacidade jurídicas
 - 3.1.2 Pessoas singulares e pessoas colectivas
 - 3.1.3 As incapacidades de exercício de direitos nas pessoas singulares
 - 3.1.4 Pessoas colectivas
 - 3.1.5 A capacidade de exercício de direitos das pessoas colectivas
 - 3.1.6 Pessoas colectivas públicas e privadas
 - 3.1.7 Tipos de pessoas colectivas privadas
 - 3.1.8 Associações
 - 3.1.9 Fundações
 - 3.1.10 Sociedades. Sociedades civis e sociedades comerciais.
 - 3.1.11 Tipos de sociedades comerciais e respectivos órgãos sociais
 - 3.2 O objecto;
 - 3.3 O facto jurídico;
 - 3.4 A garantia;
4. Classificações das relações jurídicas: A relação jurídica simples e a relação jurídica complexa;

II PARTE – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPITULO VIII

A relação jurídica obrigacional

1. Conceito de obrigação
2. Importância prática das obrigações
3. Obrigações em sentido técnico
4. Estrutura da obrigação. Os elementos.
 - 4.1 Os sujeitos
 - 4.2 O objecto. O problema da patrimonialidade. Principais modalidades da prestação. Prestações de coisa e de facto; fungíveis e não fungíveis; instantâneas e duradouras.
 - 4.3 Facto jurídico



4.4 A Garantia

4.5 As obrigações e outras relações jurídicas

CAPITULO IX

Fontes das Obrigações

1. Contratos

1.1 Noção. Princípios fundamentais;

1.2 Liberdade de contratar e suas limitações;

1.3 Livre fixação do conteúdo dos contratos

1.5 O princípio da boa-fé nos contratos

1.6 Resolução, revogação e denúncia dos contratos

Alteração das circunstâncias

A excepção do não-cumprimento

2. Negócios unilaterais

3. Gestão de negócios

4. Enriquecimento sem causa

5. Responsabilidade civil

5.1 Responsabilidade civil contratual e extra-contratual

5.2 Responsabilidade por factos ilícitos. Pressupostos. A culpa. Casos de presunção da culpa.

5.3 Responsabilidade pelo risco ou objectiva. Casos previstos na lei.

CAPITULO X

Modalidades das Obrigações

1 . Obrigações civis e naturais

2 . Obrigações de sujeito indeterminado

3 . Obrigações plurais – conjuntas e solidárias. Regime da solidariedade activa e passiva.

CAPITULO XI

Cumprimento e não cumprimento das Obrigações

1 . Noção de cumprimento

2 . O princípio da boa-fé

3. Pontualidade

4. Realização integral da prestação



- 5 . Quem pode fazer a prestação
- 6 . A quem pode ser feita a prestação
- 7 . Lugar da prestação
- 8 . Prazo da prestação

BIBLIOGRAFIA

- Ascensão, José de Oliveira, Introdução e teoria geral, 11ª Edição, Almedina, 2003;
- Consciência, Eurico Heitor, Breve introdução ao estudo do Direito, 2ª Edição, Almedina, 2004;
- Justo, A. Santos, Introdução ao estudo do Direito, 2ª Edição, Coimbra Editora;
- Machado, Baptista, Introdução ao Direito e ao discurso legitimador, Almedina, 1996;
- Mendes, João Castro, Introdução ao estudo do Direito, Lisboa, 1994;
- Varela, João de Matos Antunes, Manual de Direito das Obrigações, Vols.I e II, Almedina 1998;

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	Haverá duas frequências escritas
Avaliação Periódica	O aluno dispensará de exame se obtiver a nota mínima de 10 (dez) valores (após a 2.ª Frequência)
Avaliação Final	Em exame o aluno será considerado aprovado se obtiver a nota mínima de 10 (dez) valores

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
e.t.e. 04.04.2014	Manuel Breda Professor Coordenador	
Ata n. 52		
Ponto 4 e) af		